

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS -
SESA
FACULDADE AMADEUS – FAMA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

AYSLAINE JESUS DA MOTA

**ESCRITURAÇÃO FISCAL E OS IMPACTOS EM UMA EMPRESA VAREJISTA DE
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**

**Aracaju
2018/2**

AYSLAINE JESUS DA MOTA

**ESCRITURAÇÃO FISCAL E OS IMPACTOS EM UMA EMPRESA VAREJISTA DE
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado em cumprimento às exigências do curso de Ciências Contábeis da Sociedade de Ensino Superior Amadeus como requisito para a obtenção de diploma de graduação.
Orientadora Prof.^a MSc. Cristiane Feitoza Dantas

Aracaju

2018/2

M917e MOTA, Ayslaine Jesus da
Escrituração fiscal e os impactos em uma empresa varejista
de material de construção / Ayslaine Jesus da Mota. – Aracaju,
2018.

34f.

Orientador: Prof.^a Msc. Cristiane Feitoza Dantas.
TCC (como requisito para obtenção do grau de bacharel em
Ciências Contábeis.) – Faculdade Fama, 2018.

1. Contabilidade 2. Escrituração fiscal
I – DANTAS, Cristiane Feitoza (orient.) II - Título

CDU: 657 (043.2)



SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS
FACULDADE AMADEUS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ii

ATA N° 02/2018-2

No dia 12 de novembro de 2018, às 19:00h, no Auditório I da Faculdade Amadeus, o(a) aluno(a) Ayslaine Jesus da Mota apresentou o trabalho de conclusão de curso intitulado Escrituração fiscal e os impactos em uma empresa varejista de material de construção, como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de bacharel em ciências contábeis e procedeu a defesa oral do mesmo. Em reunião, a banca avaliou a pesquisa elaborada, bem como sua apresentação e questionamentos feitos, atribuindo nota 10,0 (dez), considerando assim o(a) referido(a) discente como aprovada, desde que promova as correções e as alterações ponderadas pela banca e indicadas no trabalho e apontamentos e entregue a versão final do trabalho em meio digital (CD) e em encadernação em capa dura, segundo o modelo padrão da instituição, o qual ficará na biblioteca para consulta pública. Sem mais, para o momento, eu Cristiane Feitoza Dantas, orientadora e secretária da presente banca, lavro e assino juntamente com os demais participantes e o(a) aluno(a), a presente ata.

Aracaju/SE, 12 de novembro de 2018.

Profª. Ma. Cristiane Feitoza Dantas
Orientadora do Curso de Ciências Contábeis

Profª. Esp. Rosy Cleide Santos
Examinador

Profª. Ma. Elaine Oliveira Praes
Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Amadeus

Ayslaine Jesus da Mota
Discente

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino. À minha família, amigos e colegas de trabalho por todo apoio e incentivo, fortalecendo-me nos momentos de dificuldades e principalmente nos momentos em que faltaram paciência e forças para seguir essa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças para tornar esse sonho em realidade.

Aos meus pais pela confiança que depositaram, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A vida, por apresentar obstáculos, pois sem eles, não poderia me fortalecer e ser grata pelo aprendizado.

Aos mestres que contribuíram na minha formação acadêmica.

Ao meu noivo que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, sempre me apoiando nos momentos de dificuldade.

Àqueles que direta ou indiretamente me ajudaram na coleta de dados para elaboração deste trabalho.

Aos colegas de turma pelo apoio e companheirismo durante esses quatro anos, que de alguma forma contribuíram para que esta jornada se tornasse mais amena.

Enfim, a minha orientadora Prof. Msc. Cristiane Feitoza Dantas pelo empenho, paciência e dedicação na elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral verificar os processos de escrituração fiscal em uma empresa varejista de material de construção. A escrituração fiscal é de caráter obrigatório para as empresas, é por meio dela que se conhecem todas as informações da empresa, tendo como objetivo atender as necessidades da empresa, fisco e os demais usuários. O trabalho veio apresentar a evolução que a contabilidade vem sofrendo com as inovações tecnológicas instituídas pelo governo no intuito de unificar suas informações, como também o papel importante que o profissional contábil tem nessas operações. A pesquisa classifica-se, quanto aos fins, como descritiva, e insere-se, quanto aos meios, como bibliográfica e documental. Na coleta de dados utilizou-se documentação da empresa estudada, para demonstrar uma visão maior dessa evolução, como também artigos para um melhor embasamento. Os resultados da pesquisa apontam que grandes são as evoluções que a escrituração vem sofrendo e o quanto a empresa precisa estar acompanhando, com tantos processos a empresa é alvo de constantes fiscalizações, necessitando de gestores capacitados a frente das operações.

Palavras- chave: Contabilidade; Escrituração Fiscal; Profissional Contábil; SPED.

ABSTRACT

This work has as general objective to verify the processes of fiscal bookkeeping in a retailer of construction material. The fiscal bookkeeping is mandatory for companies, it is through this that they know all the information of the company, aiming to meet the needs of the company, tax and other users. The paper presented the evolution that accounting has been suffering with the technological innovations instituted by the government in order to unify its information, as well as the important role that the accounting professional has in these operations. The research is classified, as far as the ends, as descriptive, and inserts, as far as the means, as bibliographical and documentary. In the data collection, the company's documentation was used, to demonstrate a greater vision of this evolution, as well as articles for a better foundation. The results of the research indicate that, great are the developments that the bookkeeping has been suffering and how much the company needs to be accompanying, with so many processes the company is subject to inspections, requiring trained managers ahead of operations.

Keywords: Accounting; Fiscal Bookkeeping; Accounting Professional; SPED.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Diagrama.....	5
Figura 2- Funcionalidades de um Sistema.....	9
Figura 3- Módulos do Sped.....	14
Figura 4 e 5- Validador do Sped.....	21
Figura 6- Geração do Arquivo.....	22
Figura 7- Sped Fiscal.....	23

LISTA DE SIGLAS

AIDF- Autorização para Impressão de Documentos Fiscais por meio eletrônico
CACESE- Cadastro de Contribuintes do Estado de Sergipe
CFOP- Código Fiscal de Operações e Prestações
CTE-e- Conhecimento de Transporte Eletrônico
DANFE- Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
DIC- Declaração de informações do contribuinte
ENAT- Encontro Nacional de Administradores Tributários
ECD- Escrituração Contábil Digital
ECF- Escrituração Contábil Fiscal
EFD IPI/ICMS- Escrituração Fiscal Digital Do Imposto Sobre o produto Industrializado e Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
ERP- Planejamento de Recursos da Empresa
ICMS- Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
LALUR- Livro de Apuração do Lucro Real
MDF-e- Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais
NFC-e- Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
NF-e- Nota Fiscal Eletrônica
NFE-e- Nota Fiscal de Serviço Eletrônica
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento
PVA - Processo de Validação e Assinatura
RFB- Receita Federal do Brasil
SPED- Sistema de Escrituração Pública Digital
XML- Extensible Markup Language

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO	3
2.1 Contabilidade (História e Evolução).....	3
2.2 Escrituração Fiscal.....	5
2.2.1 O Que é Necessário Para Fazer a Escrituração Fiscal	7
2.3 Principais Livros Fiscais.....	8
2.3.1 Livro de Registro do Inventário	9
2.3.2 Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).....	9
2.3.3 Livro de Registro de Entradas e Saídas	10
2.4 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).....	11
2.5 Responsabilidades do Profissional Contábil.....	15
3. METODOLOGIA.....	17
4. DISCUSSÃO DOS DADOS	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25
ANEXO A - Nota Fiscal Modelo 1	28
ANEXO B- Livros Fiscais.....	29
ANEXO C- Termo de Abertura	30
ANEXO D- Registro da Apuração do ICMS	31
ANEXO E- Modelo do DANFE	32
ANEXO F- Autorização	33
ANEXO G- Declaração de Responsabilidade.....	Erro! Indicador não definido.

1. INTRODUÇÃO

A procura pelo profissional contábil vem sendo constante ao longo dos anos, devido às diversas modificações da legislação trazendo ainda mais impostos e obrigações acessórias para as empresas. A carga tributária cada vez mais elevada faz com que os profissionais estejam mais atentos aos processos realizados nas empresas para que não se tenha prejuízo pagando impostos além do que se deve.

Segundo Manthay (2007), a escrituração tem como objetivo reunir todas as informações da empresa tais como, recursos financeiros, bens, direitos e obrigações, essas informações são registradas por meio de livros e relatórios demonstrativos, ficando a critério da empresa a escolha de um sistema na qual todas essas informações sejam registradas e integradas com fácil entendimento e acesso aos usuários.

O trabalho realizado pelo escriturário tem que ser sob a orientação e acompanhamento para que tudo esteja conforme a legislação, o início de forma incorreta faz com que todo o processo seja prejudicado, pois todas as informações registradas são integradas, e todo processo de apuração de impostos e obrigações acessórias começa com a escrituração dos documentos fiscais, ou seja, uma informação incorreta todo o processo vai está incorreto.

Este trabalho vem ressaltar as dificuldades que a empresa tem de manter seus processos contábeis com informações fidedignas, algumas das vezes por causa dos fornecedores e prestadores de serviços que mandam de forma incorreta as notas fiscais e a empresa faz os devidos registros de forma incorreta prejudicando todo o andamento da empresa.

Com os avanços na tecnologia, o governo criou o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) no intuito de unificar as informações. Diante disso as empresas se viram na obrigação de reorganizar seus processos para atender a mais uma obrigação instituída pelo governo.

Diante do trabalho exposto se fez a pergunta: quais são as particularidades do processo de escrituração fiscal em uma empresa varejista de material de construção?

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo geral verificar os processos de escrituração fiscal em uma empresa varejista de material de construção.

Para atingir o objetivo geral, os seguintes objetivos serão abordados:

- Descrever sobre o conceito da escrituração fiscal;
- Apresentar como era realizada a escrituração fiscal antes do SPED;
- Demonstrar a escrituração fiscal atual;

A justificativa para a escolha do tema se deu devido aos impactos e influências que uma escrituração faz no processo de uma empresa, as particularidades que o mesmo apresenta. O processo tendo iniciado de forma correta facilita todo o trabalho do profissional contábil, traz confiabilidade para a empresa, seus fornecedores e clientes, ou seja, todas as informações passadas aos seus usuários externos têm que ser confiáveis e de fácil entendimento. Mostra também o quanto os gestores e profissionais precisam estar sempre atentos e se atualizando, principalmente no que diz respeito à legislação tributária aplicada, estas se modificam constantemente, possuem textos enormes, cansativos e prazos curtos para cumprimento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Com os constantes avanços e mudanças na legislação sobre a contabilidade fica mais claro a necessidade de ter profissionais habilitados para exercer as funções designadas a eles. O governo sempre vai querer o máximo de arrecadação dos tributos, já os proprietários fazem de tudo para diminuir, cabe ao contador juntamente com os gestores intermediar essas operações (IUDÍCIBUS et al., 2010).

A escrituração dos fatos contidos nos documentos é que formam as informações para dar continuidade nos demais processos da empresa. O referencial desse trabalho vem ressaltar a importância e a contribuição que a escrituração fiscal tem na empresa, a necessidade de profissionais habilitado para exercer a função de escriturário, os livros necessários para efetuar o registro dos documentos e a evolução da escrituração.

2.1 Contabilidade (História e Evolução)

De acordo com Neves e Viceconti (2006), a contabilidade é uma ciência social que criou e desenvolveu sua própria metodologia para atingir suas finalidades, como por exemplo, controlar o seu patrimônio, apurar os seus resultados e prestar informações aos seus usuários que tenham interesse no desempenho da entidade.

Neste sentido, Sá (2006, p. 46) resume a contabilidade como “a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”.

Dessa forma, para Iudícibus et al (2010, p.1):

A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física, entidade de finalidade não lucrativa, empresa, seja mesmo pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia etc., tem um campo de atuação muito amplo.

Segundo Marion (1998), a contabilidade não é só um instrumento que auxilia o governo na arrecadação dos impostos e obrigações, mas é um instrumento utilizado para fornecer informações aos usuários que os ajudem na tomada de decisões.

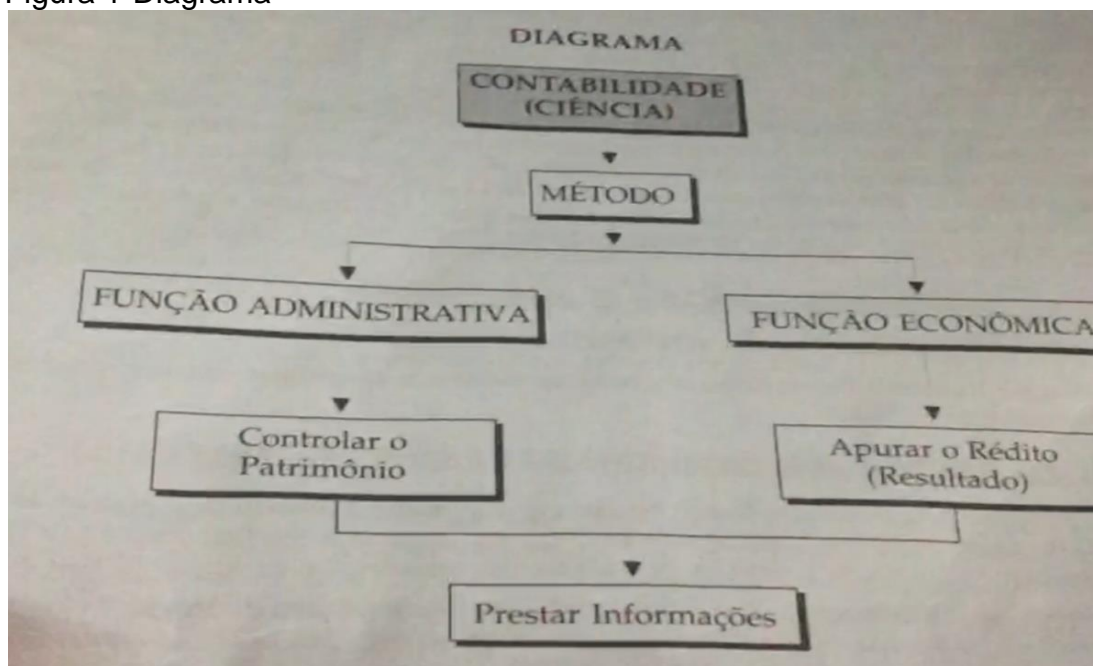
Oliveira et al (2013) ressaltam que a contabilidade é utilizada como uma importante ferramenta para o gerenciamento do crescimento do patrimônio como também para uma prestação de contas, tanto para os sócios como para as autoridades incumbidas de arrecadar os impostos. Dessa forma, a responsabilidade do contador não é só calcular os impostos incidentes nas operações e lucros da empresa, mas também fazer os registros das operações devidas (OLIVEIRA et al, 2013).

Segundo Ribeiro (2013, p. 35), compreende-se por usuários:

Todas as pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente tenham interesse na avaliação da situação e do desenvolvimento da entidade, como titulares (empresas individuais), sócios ou acionistas (empresas societárias), administradores, governo (fisco), fornecedores, clientes, investidores que atuam no mercado de capitais, bancos etc.

A contabilidade possui duas funções, a função administrativa que controla o patrimônio e a função econômica para apurar o resultado, as mesmas visam prestar informações aos interessados, conforme a figura 1 (NEVES; VICECONTI, 2006). Ludicibus et al (2010) trazem três finalidades para o uso das informações contábeis, a finalidade de planejar, de controlar e de auxiliar nos processos decisórios.

Figura 1-Diagrama



Fonte: Neves e Viceconti (2006, p. 1).

Tendo conhecimento de toda estrutura da contabilidade o “contador estuda a natureza da entidade, verifica os tipos de transações que provavelmente ocorrerão e planeja a maneira pela qual essas transações deverão ser registradas, sintetizadas e evidenciadas” (IUDÍCIBUS et al, 2010, p.6), por fim ele é quem fornece informações de grande relevância para tomada de decisão.

Segundo Marion e Iudícibus (2010, p.5), “a contabilidade comercial é um ramo da contabilidade aplicada ao estudo e ao controle do patrimônio das empresas comerciais, com o fim de oferecer informações sobre suas variações, bem como sobre o resultado decorrente da atividade mercantil”. Assim, a contabilidade tem como finalidade acompanhar as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio da entidade.

O campo de aplicação da contabilidade engloba todas as entidades econômicas administrativas. Nos dias de hoje, pode-se perceber o quanto a contabilidade mudou e vem mudando, mas sem perder a sua essência que é de verificar, estudar e principalmente controlar o patrimônio da entidade, tendo como um dos objetivos prestar informações relevantes e fidedignas aos usuários, informações essas de fácil entendimento para aqueles sócios que não são antenados na área, como também, os usuários externos que já veem as operações no final. As informações passadas da contabilidade tornam-se o divisor de águas na tomada de decisão (RIBEIRO, 2013).

2.2 Escrituração Fiscal

A escrituração fiscal é uma das obrigações que as empresas têm perante as autoridades fiscais. Entende-se por uma prestação de contas para com o fisco, nela deve conter todas as movimentações da empresa tais como, faturamento, impostos a pagar, financeira e outras informações de interesse do governo.

Para Oliveira et al.(2013, p.47):

No meio empresarial, escrituração é denominação que a legislação societária, contábil e tributária escolheu para expressar o ato de se efetuarem registros em livros contábeis, fiscais ou fichas. Assim, é comum o uso de termos e expressões como “escrituração mercantil ou comercial”, “escrituração tributaria ou fiscal” e outras.

A legislação do imposto de renda enfatiza que a pessoa jurídica deve manter sua escrituração de acordo com as leis comerciais e fiscais, devendo a mesma

abranger todas as operações realizadas pelo contribuinte, como também todos os resultados alcançados em sua atividade (OLIVEIRA et al., 2013).

Segundo Ludícibus et al. (2010), quando a contabilidade é bem planejada, a maior parte dos processos de escrituração se tornam rotineiros e podem ser realizados tanto por computadores parametrizados como pelo profissional escriturário, mais sempre sob orientação do profissional contábil.

As normas brasileiras de contabilidade, no que se refere à regulamentação de escrituração contábil e fiscal das empresas, informam que as entidades devem observar em seus processos uma série de formalidades, tais como, formalidades extrínsecas e intrínsecas.

De acordo com Oliveira et al. (2013, p.48), formalidades extrínsecas:

São as que dizem respeito aos tipos de livro ou ficha, os termos de abertura e encerramento, a autenticação no órgão competente etc. já a formalidades intrínsecas são as que regulam a fórmula de escrituração, tais como a obrigatoriedade da escrituração em moeda nacional, a obrigação de seguir ordem cronológica de dia, mês e ano, a proibição de fazer rasuras, borrões, emendas etc.

De acordo com o Art.7 do Decreto-Lei N° 1598, de 26 de Dezembro de 1977, que altera a legislação do imposto de renda, toda pessoa jurídica que falsificar escriturações e comprovantes, ou de demonstrações financeiras com finalidade de reduzir, eliminar ou minimizar o montante a ser pago de imposto estará sujeito a multa, independente da ação penal que lhe for decretada.

Conforme o artigo 251 do regulamento do imposto de renda a pessoa jurídica:

Sujeita á tributação com base no lucro real deve manter a escrituração com observância das leis comerciais e fiscais.

Parágrafo único. A escrituração deverá abranger todas as operações do contribuinte, os resultados apurados em atividades no território nacional, bem como os lucros, rendimentos e ganhos de capitais auferidos no exterior. (BRASIL, 1999)

Toda pessoa jurídica tem por obrigação fazer o registro dos livros fiscais e contábeis, neles estão contidas todas as informações das operações da empresa desde registro da entrada de mercadoria até a saída. A falta desse registro faz com que a empresa perca sua identidade, não permitindo a mesma conhecer seu o passado, presente e tão pouco o futuro (MANTHAY, 2007).

2.2.1 O Que é Necessário Para Fazer a Escrituração Fiscal

As pessoas jurídicas independente do seu enquadramento fiscal precisam prestar contas e disponibilizar seus documentos fiscais aos órgãos competentes, a todo o momento que lhe for solicitado. Para isso, é necessário manter o setor fiscal, os dados e documentos organizados, com atenção especial para notas de entrada e saídas, pois são nelas que estão contidas todas as operações de compra e venda de mercadorias da empresa.

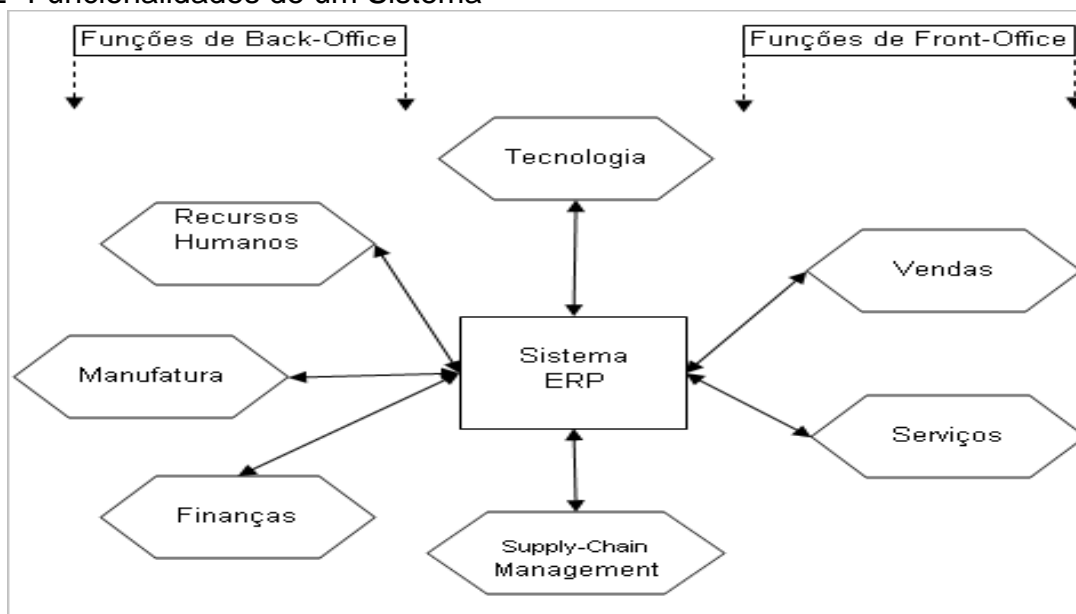
Para Oliveira et al. (2013), todas as informações possíveis de ser mensuradas são registradas pela contabilidade e transformadas em demonstrativos e relatórios de fácil entendimento para todos, para que a qualquer momento que lhe seja solicitado alguma informação, tanto pelo fisco como pelos usuários, haja em seus registros a documentação necessária para atender ao pedido, como uma forma de não só se resguardar de problemas futuros mais como também para ter argumentos na tomada de decisão.

A necessidade de implantar um sistema integrado se dá pela busca constante para reduzir ou minimizar os erros decorrentes das operações. A escolha do software de gestão é um ponto importante para manter os processos da empresa. Um sistema capaz de reunir todos os dados e processos de uma maneira prática e intuitiva torna-se um grande auxiliador na prática da escrita fiscal. O Sistema Enterprise Resource Planning (ERP) que é o planejamento de recursos da empresa, é um software criado para as grandes empresas que necessita de um autocontrole nas suas operações (TOSTES, 2009).

É de grande relevância a cautela que os gestores devem ter no momento da escolha do sistema que vai operar na empresa, por se tratar de uma ferramenta importante, pois será nela que todas as informações dos processos da empresa vão estar e é com ela que se ganha tempo na realização das escriturações, com muito mais rapidez e qualidade. Um sistema moderno permitindo o armazenamento das notas fiscais, controle dos impostos e efetividade ao produzir relatórios solicitados pelos gestores detalhando toda a movimentação da empresa, entre outras finalidades que o sistema possui. A figura 2 demonstra as funções Back-Office que são as áreas suporte que tem menos ou nenhum acesso com os clientes, distribuídas nos departamentos de recursos humanos, manufaturados e finanças, e

as funções de Front- Office que são os departamentos de vendas e serviços ligados diretamente aos clientes (GUIZELINI, 2011).

Figura 2- Funcionalidades de um Sistema



Fonte: Rocha (2009, p. 16)

Conforme Oliveira (2002, p. 54) com a implantação do sistema, a empresa pode se beneficiar com:

- Redução dos custos das operações;
- Melhoria no acesso às informações, proporcionando relatórios mais precisos e rápidos, com menor esforço;
- Melhoria na produtividade;
- Melhoria nos serviços realizados e oferecidos;
- Melhoria na tomada de decisões, por meio do fornecimento de informações mais rápidas e precisas;
- Estímulo de maior interação dos tomadores de decisão;
- Fornecimento de melhores projeções dos efeitos das decisões;
- Melhoria na estrutura organizacional, para facilitar o fluxo de informações [...].

Grandes benefícios têm a implantação do sistema ERP nas empresas, por isso o cuidado na escolha do sistema que vai auxiliar os profissionais da empresa.

2.3 Principais Livros Fiscais

De acordo Oliveira et al (2013), a pessoa jurídica deve manter os fatos contábeis registrados em livros contábeis e fiscais. Conforme o regulamento de ICMS Decreto nº21.400 de 2002, todos os contribuintes inscritos no cadastro de

contribuintes do estado de Sergipe (CACESE) deverão manter em seus respectivos estabelecimentos:

Art. 329. § 2º Os Livros Registro de Entradas, modelo 1-A e Registro de Saídas, modelo 2-A, contribuinte sujeito apenas à legislação do ICMS [...]

§ 5º O Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, modelo 6, será utilizado por todo estabelecimento obrigado à emissão de documentos fiscais.

§ 6º O Livro Registro de Inventário, modelo 7, será utilizado por todo estabelecimento que mantiver mercadoria em estoque.

§ 7º O Livro Registro de Apuração do ICMS, modelo 9, será utilizado por todo estabelecimento inscrito como contribuinte do ICMS, ressalvados os casos previstos neste Regulamento [...].

Além de manter seus registros em livros contábeis como manda o regulamento do imposto de renda, necessita ter o Livro de Registro do Inventário, Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) e o Livro de Registro de Entradas e Registro de Saídas.

2.3.1 Livro de Registro do Inventário

Segundo Manthay (2007), o Livro de Registro do Inventário é de uso obrigatório para todas as empresas, e tem como objetivo o registro de todas as mercadorias que estejam em estoque no final do período, sejam elas acabadas ou não.

O art. 261 do regulamento do imposto de renda especifica que o registro no livro do inventário deverá ser:

Art. 261. Arrolados, com especificações que facilitem sua identificação, as mercadorias, os produtos manufaturados, as matérias-primas, os produtos em fabricação e os bens em almoxarifado existentes na data do balanço patrimonial levantado ao fim de cada período de apuração (BRASIL, 1999).

As empresas tributadas pelo lucro real estão obrigadas a transcrever no livro os estoques existentes ao final de cada trimestre, no caso de apuração do imposto de renda trimestral. Já a apurada mensalmente por estimativa faz o registro dia 31 de dezembro de cada ano (OLIVEIRA et al., 2013).

2.3.2 Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR)

Estão obrigadas a fazer a apuração do lucro real, as empresas que obtiveram receita bruta total, ano-calendário anterior, superior ao valor de R\$78.000.000 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 meses (MANTHAY, 2007).

Segundo o art.262 do regulamento do imposto de renda, decreto nº3000 de 1999, no LALUR as pessoas jurídicas devem:

- Art. 262 – I - lançar os ajustes do lucro líquido do período de apuração;
- II - transcrever a demonstração do lucro real;
- III - manter os registros de controle de prejuízos fiscais a compensar em períodos de apuração subseqüentes, do lucro inflacionário a realizar, da depreciação acelerada incentivada, da exaustão mineral, com base na receita bruta, bem como dos demais valores que devam influenciar a determinação do lucro real de períodos de apuração futuros e não constem da escrituração comercial;
- IV - manter os registros de controle dos valores excedentes a serem utilizados no cálculo das deduções nos períodos de apuração subseqüentes, dos dispêndios com programa de alimentação ao trabalhador, vale-transporte e outros previstos neste Decreto.

É permitida à escrituração do LALUR por meio de sistema eletrônico de processamento de dados, desde que tenha como base as normas fornecidas pela Secretaria da Receita Federal.

2.3.3 Livro de Registro de Entradas e Saídas

Conforme Oliveira et al. (2013), o livro de entradas e saídas são escriturados a qualquer título, sejam eles, mercadorias, matérias-primas ou bens do ativo imobilizado. O registro será feito em cada documento separadamente e em ordem cronológica das operações, para efeito de crédito de imposto só serão válidos se todos os dados do estabelecimento estiverem corretos.

Os artigos 339 e 340 do regulamento de ICMS Decreto, nº21.400 de 2002, demonstram os modelos e formas de escrituração dos livros de entradas e saídas:

Art. 339. O Livro Registro de Entradas, modelo 1 ou 1-A, destina-se à escrituração do movimento de entrada de mercadorias, a qualquer título, no estabelecimento [...].

§ 1º Deverão ser escriturados os documentos fiscais relativos às aquisições de mercadorias que não transitarem pelo estabelecimento adquirente [...].

§ 3º Os lançamentos serão feitos documento por documento, desdobrados em tantas linhas quantas forem as naturezas das operações e prestações, segundo o Código Fiscal de Operações e Prestações - CFOP, Tabela I do Anexo XV deste Regulamento, nas colunas próprias [...].

Art. 340. O Livro Registro de Saídas, modelos 2 ou 2-A, será utilizado pelo contribuinte do ICMS para escrituração do movimento de saída de mercadorias, a qualquer título, do estabelecimento [...].

§ 1º O livro de que trata este artigo será utilizado também para escrituração dos documentos fiscais relativos à transmissão de propriedade das mercadorias que não tenham transitado pelo estabelecimento.

§ 3º A escrituração do Livro Registro de Saídas por Sistema Eletrônico de Processamento de Dados far-se-á na forma estabelecida pelos artigos 315 a 319 deste Regulamento [...].

As pessoas jurídicas poderão utilizar os livros seguindo os regulamentos, como também pode criar modelos a que venha está satisfazendo as necessidades da empresa, desde que seja autenticado pelas juntas comerciais (BRASIL, 1997).

2.4 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

O SPED é um sistema criado pelo Governo, no intuito de unificar a recepção das informações, validando, armazenando, autenticando os documentos e livros que integram a escrituração fiscal e contábil dos empresários e das empresas, mediante as informações computadorizadas (BRASIL, 2007).

O projeto SPED teve início no período em que o comando do governo ainda estava sendo exercido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, mais só em 22 de janeiro de 2007 que foi instituído pela Receita Federal o decreto nº6.022, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC), constituindo-se em mais um avanço tecnológico, promovendo a junção das informações na relação entre contribuinte e o fisco. Desenvolvido com objetivo de uniformizam e substituir os livros contábeis e fiscais (SILVA; ELEUTÉRIO, 2017).

Neste sentido, Koetter (2011) afirma que o SPED pode ser compreendido como uma ferramenta desenvolvida pelo governo, com intenção de inibir ações criminosas contra o fisco nacional, como também para que as informações sejam compartilhadas de forma simultânea entre o contribuinte e o fisco.

De acordo com o art. 3º do Decreto nº6.022, entende-se como usuários do SPED:

- I - a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- II - as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal; e
- III - os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas.

Com a utilização do SPED, os contribuintes informam suas movimentações contábeis e fiscais para o Governo Federal, Estadual e Municipal, por meio da adoção dos arquivos digitais, dessa forma que são feito os controles e fiscalizações. Com essa inovação os contribuintes estarão reduzindo seus custos com obrigações acessórias, como também irão se beneficiar com a diminuição de suas despesas com documentação (ELEUTÉRIO; SILVA, 2017).

Conforme Oliveira (2014), os principais objetivos do SPED são:

- Promover a integração dos fiscos;
- Padronizar e compartilhar as informações contábeis e fiscais;
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários;
- Estabelecer uma transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores;
- Fiscalizar de forma mais efetiva as operações com cruzamento de dados e auditoria eletrônica; e Tornar rápido o acesso às informações.

O SPED precisa ser compreendido como uma nova ferramenta organizacional, por meio dele que se organizam as responsabilidades e rotinas das empresas, diminuindo ou evitando os problemas perante o fisco, como também viabilizar o sucesso das empresas (OLIVEIRA, 2014).

Atualmente o projeto SPED contém 12 módulos, sendo cinco documentos fiscais, são eles, Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) e sete escriturações, tais como, Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Escrituração Fiscal Digital (EFD IPI/ICMS), Escrituração Fiscal Digital-Contribuição, e-Financeira, e-Social e Escrituração Fiscal Digital-Reinf, distribuídos nas áreas de tributos estaduais e federais, obrigações sociais e contábeis, como mostra a figura 3, em destaque para os três primeiros subprojetos (ROBERTO, 2018).

Figura 3- Módulos do SPED



Fonte: Cruz (2017).

O primeiro subprojeto desenvolvido pelo SPED foi à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), desenvolvida em conjunto pela Secretaria da Fazenda dos estados e Receita Federal do Brasil por meio do Protocolo do Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT) 03/2005, de 27 de agosto de 2005. Constitui-se em um documento digital criado para emitir e armazenar de forma eletrônica as informações sobre operações de circulação de mercadorias e serviços com incidência de ICMS é que tenha validade jurídica comprovada pelo certificado digital do contribuinte (BRASIL, 2007)

Segundo Mariot e Lizote (2012), com a implantação da NF-e em um único modelo no âmbito nacional, os processos de fiscalização será facilitado, pois o governo obtém todas as informações das notas emitidas antes mesmo do fato gerador acontecer, que é no momento em que mercadoria sai do estabelecimento,

com a redução da sonegação de impostos o governo tende a aumentar suas arrecadações.

De acordo com a Receita Federal (2007), o projeto NF-e trouxe benefícios e vantagens para ambas as partes, tais como:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Receita Federal e demais Secretarias de Fazendas Estaduais;
- Rapidez no acesso às informações;
- Eliminação do papel;
- Aumento da produtividade da auditoria através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade do cruzamento eletrônico de informações.

A Escrituração Contábil Digital (ECD) conhecida como SPED Contábil, é o segundo subprojetos do SPED, que tem como objetivo substituir as escriturações em papel do Livro Diário, Livro Razão, Livros Balancetes Diários e Balanço, passando a ser em formato digital. Deverá ser transmitida anualmente ao SPED até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário (RECEITA FEDERAL, 2017).

De acordo com o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013, ficam obrigados a adotar a ECD, por meio dos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014:

- I - as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no lucro real;
- II - as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, que distribuírem, a título de lucros, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), parcela dos lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita; e
- III - As pessoas jurídicas imunes e isentas que, em relação aos fatos ocorridos no ano calendário, tenham sido obrigadas à apresentação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

O terceiro subprojeto do SPED foi Escrituração Fiscal Digital (EFD), instituída pelo convênio de ICMS 143/06 em arquivo digital. Constitui-se em uma união de escrituração de documentos fiscais, e de outras informações do interesse do fisco, como também de registro de apuração de impostos relativos com base nas operações e prestação realizadas pelos contribuintes (BRASIL, 2006).

De acordo com Silva e Eleutério (2017), O SPED EFD tem como objetivo substituir os livros de Registro de Entradas e Saídas, Inventário, Registro de

Apuração de IPI e Registro de apuração de ICMS. Os contribuintes de ICMS e IPI, salvas aqueles dispensados pelo fisco e pela Receita Federal, estão obrigados a fazer entrega da EFD.

O convênio ICMS 143/06 nas cláusulas quinta e sexta, menciona especificações a serem levadas em consideração pelos contribuintes:

Cláusula quinta O contribuinte deverá manter EFD distinta para cada estabelecimento.

Cláusula sexta O arquivo digital conterá as informações dos períodos de apuração do imposto e será gerado e mantido dentro do prazo estabelecido pela legislação de cada unidade federada e SRF.

Parágrafo único. O contribuinte deverá manter o arquivo digital da EFD, bem como os documentos fiscais que deram origem à escrituração, na forma e prazos estabelecidos para a guarda de documentos fiscais na legislação tributária, observados os requisitos de autenticidade e segurança nela previstos.

2.5 Responsabilidades do Profissional Contábil

No cenário atual da era digital, o profissional contábil além dos conhecimentos adquiridos ao longo da graduação, precisa buscar conhecimentos em áreas afins, tais como, Administração, Economia, Direito e informática para que seu trabalho se torne cada vez mais ágil e seguro (SILVA; ELEUTÉRIO, 2017). O Brasil possui um dos sistemas tributários mais complexos do mundo que se modifica constantemente, trazendo cada vez mais obrigações para com os órgãos, acarretando custos para empresa (SILVIA, 2014).

Os avanços tecnológicos vêm trazendo uma maior agilidade na execução dos trabalhos contábeis, o contabilista tendo domínio na prática tecnológica faz com que suas informações se tornem mais eficientes. Diante desse aspecto, percebe-se que o profissional tende a desenvolver trabalhos gerenciais, integrando a tecnologia a sua rotina de trabalho (SILVA; ELEUTÉRIO, 2017).

Martins et. al. (2012, p. 8) afirmam que “ser um contador gerencial não é exatamente uma função dentro das organizações, mas sim um comportamento profissional”

Segundo Crepalde (1998, p.15) o contador gerencial deve desenvolver as funções de:

- Garantir que as informações sejam tempestivas;
- Fazer análise das informações;
- Controlar as atividades da empresa;
- Elaborar relatórios padrões para facilitar sua interpretação; e realizar planejamento tributário.

O contador é responsável por todas as escriturações praticadas na empresa, sejam elas feitas por ele ou por outros funcionários, por isso acima de tudo os princípios contábeis e informações verídicas têm que ser postos em prática no momento da realização dos trabalhos, pois informações inverídicas transmitidas, agindo de má-fé são consideradas como um ato criminoso (MARTINS et. al., 2012).

3. METODOLOGIA

A metodologia é a junção de métodos, procedimentos e técnicas que deve ser colocada em prática no desenvolvimento da pesquisa. “A sua finalidade é ajudar o pesquisador a compreender em termos mais amplos possíveis o processo de investigação científica” (PEREIRA, 2012, p. 83).

Conforme Pereira (2012), Os métodos podem ser indutivos que parte das observações a teoria ou dedutivo que é da teoria para as observações.

Segundo Gonçalves (2005), o método também pode ser compreendido tanto no seu processo operacional, que é organizar as pesquisas em seqüência no intuito de se chegar ao fim desejado, quanto como intelectual, que é a junção das análises e abordagem prévia do problema para que se possam identificar meios de acesso que possibilite sua solução.

De acordo com Pereira (2012), a metodologia aplicada nesse trabalho tem sua natureza básica, pois gera novos conhecimentos na área fiscal, envolvendo verdades de interesses universais.

Quanto aos objetivos da pesquisa é caracterizada como descritiva, que segundo Gonçalves (2005, p. 56), “É quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir nele”. O objetivo desse trabalho é verificar os processos de escrituração fiscal em uma empresa varejista de material de construção.

Para o desenvolvimento desse trabalho foram utilizados os procedimentos de pesquisa bibliográficas e documentais. Conforme Pereira (2012), a pesquisa bibliográfica é feita por meio de material já publicado e trabalhado por outros pesquisadores, tais como, livros, materiais disponibilizados na internet, revistas, legislações vigentes e artigos de periódicos, formando a base para fundamentação deste trabalho. A documental tem por finalidade a junção de todo tipo de registro escrito ou não e que não tenha ocorrido nenhum tratamento analítico que serve de base nas pesquisas, registros esses que viabilizarão o desenvolvimento do presente trabalho (PEREIRA, 2012).

Quanto à sua forma foi utilizada a qualitativa, pois procurou analisar e compreender as características da empresa varejista de material de construção, se

com tantas mudanças nas obrigações tributárias obteve algum impacto. Conforme Pereira (2012, p. 87) “a pesquisa qualitativa não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave”.

Neste sentido, Gonçalves (2005) dá ênfase que na postura qualitativa, não se faz necessário o uso de estatísticas na análise do problema, busca somente se aprofundar, interpretar ou dirimir opiniões sobre um determinado fenômeno.

Na análise de dados terá como base documentos da empresa, tais como, nota fiscal, livros, imagens da tela do sistema da empresa Pisolar.

4. DISCUSSÃO DOS DADOS

A empresa utilizada como fonte de pesquisa foi a PISOLAR COMERCIO DE TINTAS LTDA, com mais de 50 anos no mercado varejista de material de construção. Possui duas lojas, um centro de distribuição e uma boutique de fino acabamento. É optante pelo Lucro Real, com contabilidade interna dentro da empresa.

As notas fiscais passaram por várias fases até chegar ao modelo atual. Os primeiros modelos foram manuais confeccionados em blocos, passando para documentos mecanográficos, utilizando-se máquinas manuais e elétricas, os quais necessitavam de pessoas com agilidade. Em 1990 para a maioria das empresas a emissão dos documentos passou a ser feita com processamento eletrônico de dados, como mostra o modelo de NF no anexo A, em forma de formulários contínuos e impressos em impressora matricial, dessa forma, os computadores vem substituir as máquinas de escrever. Durante todos esses processos era preciso solicitar uma autorização a secretaria estadual da fazenda (SEFAZ), conhecida como Autorização para Impressão de Documentos Fiscais por meio eletrônico (AIDF) para poder emitir essas notas.

Todos os registros de entrada e saída de mercadorias eram escriturados em livros fiscais e contábeis, obrigatoriamente contendo o termo de abertura e encerramento, especificando a quantidade de páginas que consta no livro, carimbo e assinatura do sócio da empresa e do contador, por fim, a assinatura e carimbo da SEFAZ, para que os registros fossem autenticados. Os livros deveriam ser encadernados e mantidos em todos os estabelecimentos, nos anexos B, C E D constam alguns modelos dessas documentações. A entrega das informações a SEFAZ era por meio da Declaração de informações do contribuinte (DIC) em que foi substituída pela EFD.

Hoje com a implantação do SPED tudo ficou mais digital. A nota que antes era feita manual ou precisando de autorização na emissão foi substituída pela digital. Em 2010, começou a valer a obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica, um modelo único para todo o território, gerada por meio do arquivo Extensible Markup Language (XML), podendo ser acessada a qualquer momento com sua chave de acesso no portal da nota fiscal eletrônica ou no documento auxiliar da NF-e (DANFE) online,

como mostra o modelo no anexo E. Com sua validade garantida por meio do certificado digital da empresa.

As movimentações da empresa são registradas no sistema ERP e fornecidas em relatórios como o usuário desejar. O processo de escrituração no sistema do SPED começa com a validação das movimentações como mostra as figuras 4 e 5, essa validação nada mais é que o processamento das notas para verificar se teve algum tipo de erro no manuseio, se teve, o próprio sistema explica como corrigir, logo após carrega o arquivo que vai ser levado ao âmbito do SPED, como demonstra a figura 6, seleciona a empresa, data e processa os dados.

Figura 4- Validador do SPED

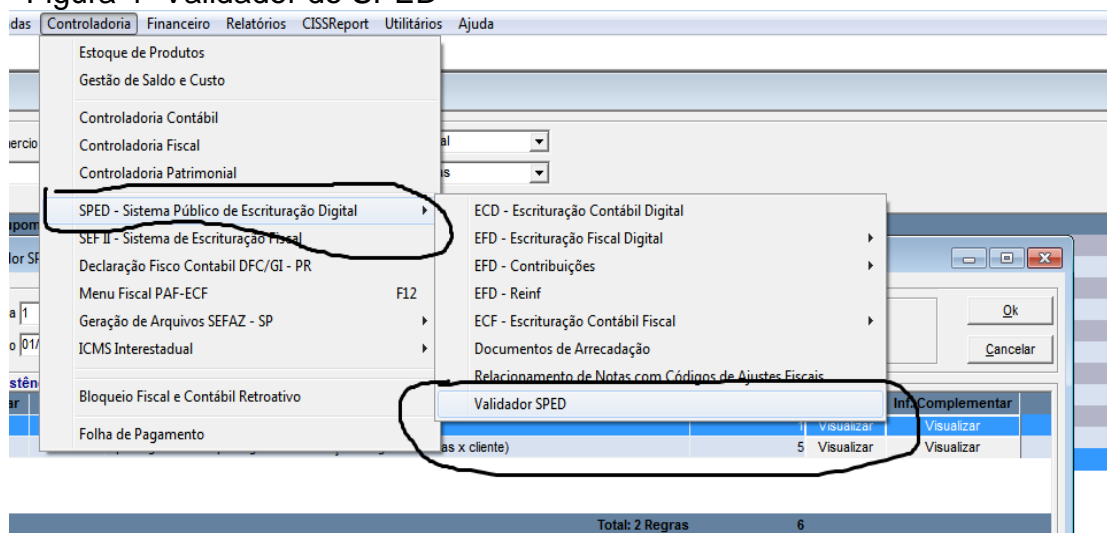
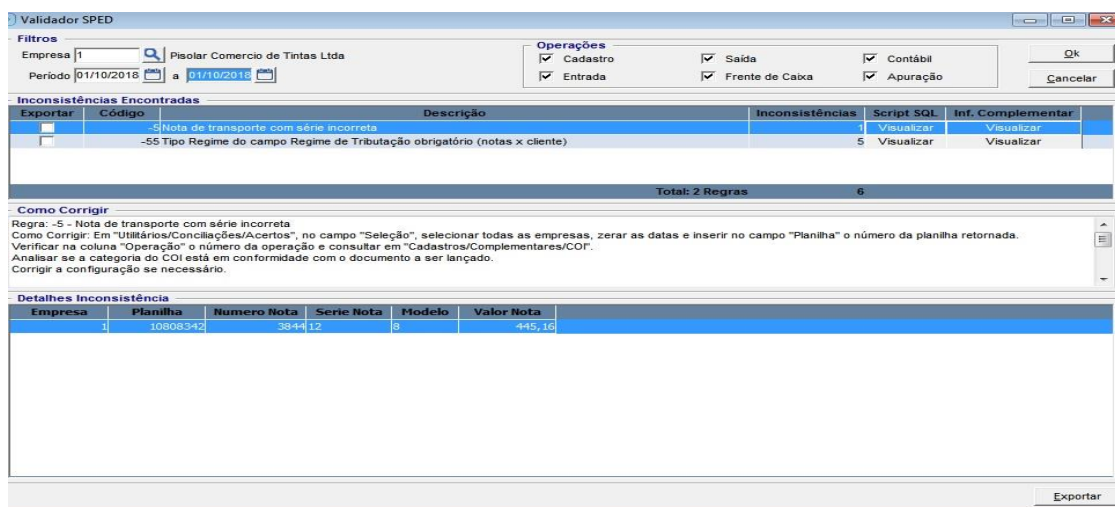
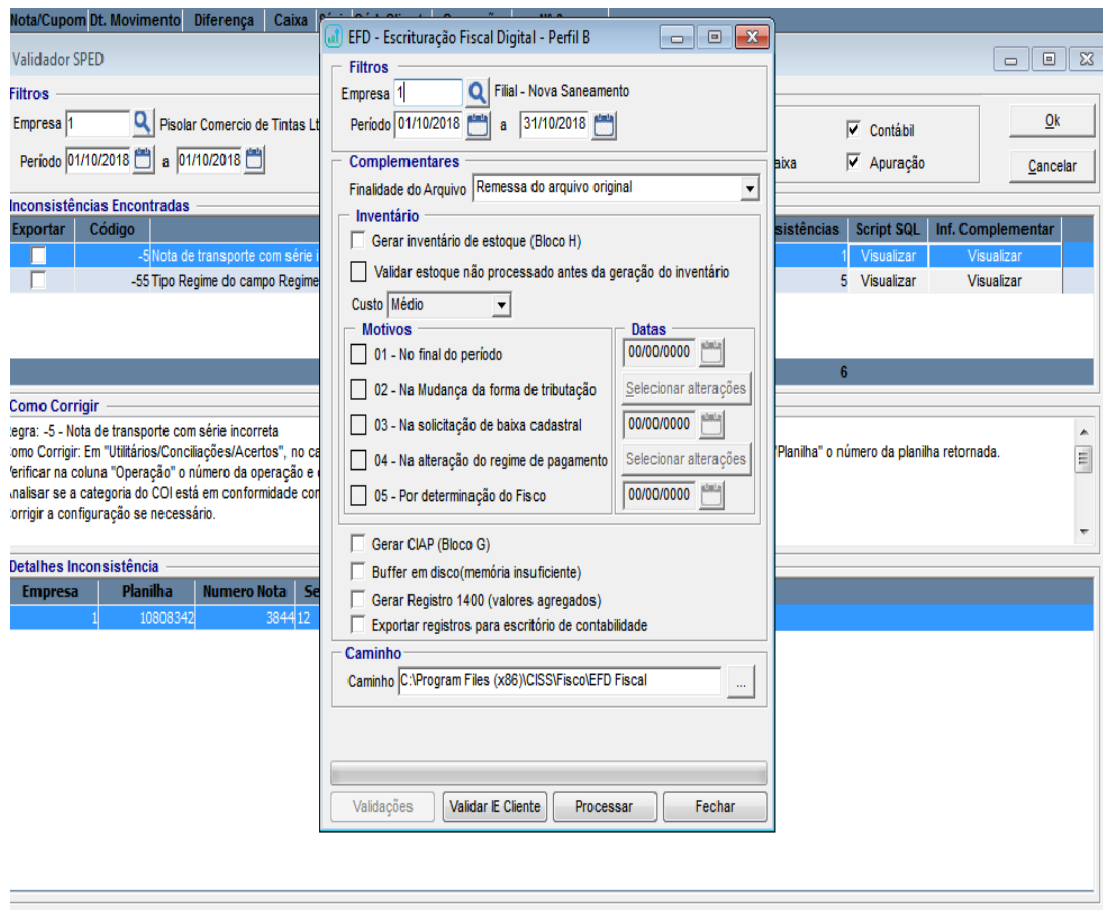


Figura 5- Validador do SPED



Fonte: Sistema da Pisolar, 2018

Figura 6- Geração do Arquivo



Fonte: Sistema da Pisolar, 2018

Após a geração do arquivo no sistema ERP a analista atualiza a versão na receita federal e abre esse arquivo no sistema SPED, o próprio sistema possui o campo de verificação de pendências, mas como o sistema da empresa já faz esse filtro o processo é facilitado; conferido os valores do ICMS próprio e diferencial de alíquotas se estão de acordo com os valores pagos, pode está sendo verificado o cadastro dos clientes e fornecedores da empresa, feita as devidas conferências o arquivo passa pelo Processo de Validação e Assinatura (PVA), assina e transmite para o governo, de acordo com a figura 7.

Figura 7- Sped Fiscal

Sped Fiscal - EFD ICMS/IPI - Sistema Público de Escrituração Digital

Escrituração Fiscal Contribuinte Tabelas Cópias de Segurança Configurações OIE Sobre

Relatórios Escrituração

SPED - Escrituração Fiscal Digital

- Abertura da Escrituração (Bloco 0)
 - Informações Cadastrais
 - Tabelas do Contribuinte
 - Cadastros do Ativo Imobilizado
- Documentos Fiscais de Entradas/Aquisições
- Documentos Fiscais de Saídas/Prestações
 - NF, NF Avulsa, NF Produtor, NF-e, NF-e de Venda a Consumidor
 - Resumo Diário das NF de Venda a Consumidor
 - NF de Venda ao Consumidor
 - Equipamento ECF - Saída de Mercado
 - NF/Conta Energia Elétrica, Gás e Água
 - Energia Elétrica/Água/Gás - NF consumidor
 - Energia Elétrica/Gás - NF em Via Única
 - Cupom Fiscal Eletrônico - SAT
 - Equipamento SAT-CF-e
 - NF de Transporte, Conhecimentos e Serviços
 - Análítico de Bilhetes de Passagem
 - Equipamento ECF - Prestação de Serviços
 - Resumo de Movimento Diário
 - NF de Comunicação e de Telecomunicações
 - NF de Comunicação e de Telecomunicações
 - NF de Comunicação e de Telecomunicações
- Apurações (Bloco E)
 - ICMS Próprio
 - ICMS por Substituição Tributária
 - ICMS diferencial alíquota origem/destino
 - IPI
 - Outras Apurações
 - ICMS - Ativo Permanente - CIAP (Bloco G)
 - Inventário Físico (Bloco H)
 - Produção e Estoque - RCPE (Bloco K)
 - Informações Gerais (Bloco 1)

Pesquisar

Data inicial apuração
01/09/2018

Valores de Apuração

Pesquisar

Valor total dos débitos do i...	Valor total ajustes a débito (doc...
R\$ 120.246,50	R\$ 0,00

Ajuste/Benefício/Incentivo Informações Adicionais – Valores Declaratórios C

Pesquisar

Código do ICMS recolhido ou a ...	Valor do ICMS a re...	Data
000 - ICMS a recolher	R\$ 159.374,11	09/10/2018
000 - ICMS a recolher	R\$ 2.352,15	09/10/2018
000 - ICMS a recolher	R\$ 1.776,04	09/10/2018
000 - ICMS a recolher	R\$ 117,79	09/10/2018

Escrituração Aberta - Contribuinte - Pisolar Comercio de Tintas Ltda CNPJ - 32.868.002/0001-93 IE - 270838716 Período da Escrituração
Sped Fiscal [versão: 2.4.4 (java1.8.0_151)]

Fonte: Sistema da Pisolar, 2018

A escrituração geralmente é realizada de forma tranquila, já que seus processos estão parametrizados, mas como em todo sistema, às vezes pode ocorrer algum problema na transmissão, acarretando um tempo e atenção maior por parte da analista, contudo o mesmo é corrigido e transmitido durante o prazo previsto.

Com essas operações corrigidas e validadas o profissional contábil tem a segurança no momento de transmiti-la para o governo, tendo a confiança que as informações da empresa são verídicas e estão de acordo legislação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada teve como objetivo verificar os processos de escrituração fiscal em uma empresa varejista de material de construção, utilizando a teoria baseada em artigos, livros, legislações, como também documentação da empresa estudada.

No que diz respeito ao primeiro objetivo específico que é descrever sobre os conceitos da escrituração fiscal, é compreendida como uma prestação de contas para com o fisco, na qual devem conter os registros de todas as movimentações da empresa, como também os registros de apurações de impostos realizados pela mesma, entre outras informações que sejam de interesse do governo, mantendo como base a legislação comercial e fiscal.

Ao segundo objetivo específico que é apresentar como era realizada a escrituração fiscal antes do SPED, foi utilizado modelo de nota fiscal vigente no período, a empresa tinha por obrigação manter seus livros fiscais e contábeis impressos e encadernados em todos os estabelecimentos, validando suas operações por meio de autorização da SEFAZ, na qual existia um desgaste maior por parte dos usuários, pois os mesmos tinham que se deslocar para cada órgão competente para fazer a entrega das documentações e obter a validação, como também custos altíssimos com as impressões e encadernações.

Para atingir o terceiro objetivo específico de demonstrar a escrituração fiscal atual, foi demonstrada a atual NF-e, evidenciando a inovação nas informações, como também um passo a passo básico de como se comporta os registros da empresa dentro do sistema ERP, transmitindo essas informações para o sistema do SPED, um processo simples, porém requer pessoas capacitadas para exercer a escrituração.

Em relação aos resultados alcançados, é notória a grande evolução que a escrituração fiscal vem realizando. Hoje a empresa com tantos processos e alvo de constantes fiscalizações, há a necessidade de gestores capacitados a frente de cada setor e sistemas que auxiliem nas operações na empresa. Os avanços na tecnologia vêm dá uma sacudida nas empresas, pois as mesmas precisam se

organizar para que possam ser evitadas multas por descumprimento de alguma obrigação. É possível perceber o quanto a informação tratada de forma correta é importante para a empresa, para trazer uma confiabilidade no momento de transmití-la aos usuários. Com essas inovações o trabalho do profissional contábil vem sendo facilitado em termos de quantidade de documentação a ser apresentada e redução dos processos manuais, porém aumenta-se a responsabilidade do mesmo nas apresentações da suas informações e, é imprescindível que esse profissional esteja em constante atualização, pois não existe uma legislação tão complexa e com alterações constantes como a brasileira.

Recomenda-se que a empresa invista na capacitação dos seus colaboradores, pois o funcionamento da empresa depende deles, que as ferramentas de pesquisa que hoje estão disponíveis para auxiliar nos processos sejam realmente implantadas e utilizadas, que os colaboradores tenham mais responsabilidades nas funções que foram designados a realizar, que os gestores mostrem o quanto a função exercida por aquele colaborador é importante e o impacto que ela causa.

Para os trabalhos futuros dentro do tema abordado, recomenda-se que os discentes venham focar em cada subprojeto que o SPED apresenta, pois além de serem bastantes, cada um possui sua complexidade, mostrando seus pontos positivos e negativos, no qual com os constantes surgimentos de novas obrigações é difícil encontrar trabalhos com esse tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto- Lei nº1598, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1997**, Altera a legislação do imposto sobre a renda. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De1598.htm> Acesso em: 26 de agosto 2018.

_____. **Decreto nº 3000, DE MARÇO DE 1999**, regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm> Acesso em: 26 de agosto 2018.

_____. **Decreto nº6022, DE 22 DE JANEIRO DE 2007**, Institui o Sistema Público de Escrituração Digital- SPED. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm>

_____. **Convênio de ICMS 143/06**, Institui a Escrituração Fiscal Digital - EFD. Disponível em:

<https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2006/CV143_06>

Acesso em: 26 de agosto 2018.

_____. **Instrução Normativa RFBN° 1.420 de 19 de DEZEMBRO de 2013**. Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital ECD. Disponível em:

http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=48709&visao=a_notado Acesso em: 27 de agosto 2018.

CRUZ, Wellington. **Como iniciar um processo de convênio para acesso a seus dados**. Disponível em:

<<http://blogdoftm.web2419.uni5.net/sped-digital-parte-i-como-iniciar-um-processo-de-convenio-para-acesso-seus-dados/>> Acesso em: 22 de agosto 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial: ATUALIZADO CONFORME LEI Nº 11.638/07 E LEI Nº 11941/09**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 1. ed. São Paulo: AVERCAMP, 2012.

GUIZELINI, André Fornazaro. **SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO (ERP) COMO FERRAMENTA DE MUDANÇA ORGANIZACIONAL EM PEQUENAS**

EMPRESAS. 2011. 10-11 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, SP, 2011.

KOETTKER, Bárbara Heidrich. **ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL(EFD)Vantagens e desvantagens a partir da literatura selecionada.** 2011. 18 F.Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 6. ed. São Paulo: Atlas , 1998.

MARTHIS, Pablo Luiz et al.O profissional contábil na era da informação. **Anais do 1º Simpósio de Excelência e Gestão e Tecnologia,** da UFSJ. Minas Gerais, 2012.
Disponível em:
<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/28816544.pdf> Acesso em: 29 de agosto de 2018.

MONTHAY, Dheovan. **A IMPORTÂNCIA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL E ESCRITURAÇÃO FISCAL.** 2007. 5 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Ciências Contábeis – Universidade Federal De Rondônia, RO, 2007.

NEVES, Silvério; VICECONTI, Paulo. **Contabilidade Básica.** 13. ed. rev., e ampl. São Paulo: frases, 2006.

OLIVEIRA, Luís Marthins et al.**MANUAL DE CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA: textos e teste com as resposta.**12. ed. São Paulo:Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informação gerenciais: Estratégias e táticas operacionais.** 8. ed. São Paulo: Atlas,2002.

OLIVEIRA, Antônio Sérgio. Sped nas pequenas empresas. 1. ed. São Paulo: Trevisan, 2014.

OSNI, Moura Ribeiro. **Contabilidade Geral Fácil: Para cursos de contabilidade e concursos em geral.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

PEREIRA. José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2012.

RECEITA FEDERAL. **Sped. Manual da ECD.** Disponível em:
<<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/499>> Acesso em: 24 de agosto 2018.

ROBERTO FILHO, SPED: **O que é o SPED?** Disponível em:
<http://www.contabeis.com.br/artigos/4909/o-que-e-o-sped> Acesso em: 23 de agosto 2018.




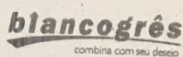
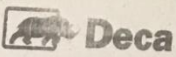
ROCHA, Mariana coelho Da. **OS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM ERP NOS PROCESSOS INTERNOS DE UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DO RAMO DE SOFTWARES.** 2009. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Ciências Contábeis – Universidade Federal De Santa Catarina, SC, 2009.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Daiane; ELEUTÉRIO, Débora. **CONTABILIDADE DIGITAL: SPED E PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL**. Simpósio de trabalho de conclusão de curso. Faculdade Integrada ICESP Distrito Federal, Brasília, 2017. Disponível em: http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/5533f4361ecdad03e058bc980c782c1b.pdf. Acesso em: 29 de agosto 2018.

TOTES, Luís Eduardo Fernandes Rogério. **Análise da implantação de sistema ERP em pequenas empresas auxiliada por software livre**. 2009. 11f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Engenharia da Computação – Universidade de São Paulo, SP, 2009.

ANEXO A - Nota Fiscal Modelo 1

    							
PISOLAR PISOLAR COMÉRCIO DE TINTAS LTDA. Av. Gonçalo Rolemberg Leite, 2112 - Suissa Aracaju - Sergipe - CEP.: 49.050-370 Tel./Fax: (79) 3234-6667 / 3234-6668		NOTA FISCAL - MODELO 1 SÉRIE 1 Nº 0087873					
SAÍDA <input checked="" type="checkbox"/> ENTRADA <input type="checkbox"/>		C.N.P.J. 32.868.002/0002-74 DESTINATÁRIO/REMETENTE					
INSCRIÇÃO ESTADUAL 27.102.915-3		DATA LIMITE PARA EMISSÃO 00/00/00					
C.F.O.P. 6202 INSC. EST. DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO		C.N.P.J. / C.P.F. 61135711000591 DATA DA EMISSÃO 21/09/2007					
RAZÃO SOCIAL DECA BRASIL LTDA END. VIA DR. GEORGE W. BUTLER Nº675 CURADO		CEP 50950010 DATA DA SAÍDA/ENTRADA 21/09/2007					
FONE / FAX 08134528400 U.F. FE		INSCRIÇÃO ESTADUAL 18100100852088 HORA DA SAÍDA					
VENCIMENTO VALOR NÚMERO VENCIMENTO VALOR NÚMERO VENCIMENTO VALOR							
DO PRODUTO							
QTD	DESCRICAÇÃO DOS PRODUTOS	SIT. TRIB.	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS
200237	CJ FIXAÇÃO (BACIA/BIDE/LAV) DELI	1	UN	4,00	2,250	9,00	12,00
100245	CUB. APOIO TERRA 39CM BR. DELI	1	UN	2,00	123,490	246,98	12,00
							12,35
DO IMPOSTO							
VALOR DO ICMS	30,72	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO	0,00	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	0,00	VALOR TOTAL DOS IMPOSTOS	30,72
VALOR DO FRETE		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		VALOR TOTAL DO IPI	12,35	VALOR TOTAL DA NOTA	268,33
SPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS							
RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEICULO	U.F.	C.N.P.J. / C.P.F.		
MUNICÍPIO		U.F.		INSCRIÇÃO ESTADUAL			
IDADE 6,00	ESPECÍFIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO 6,00	PESO LÍQUIDO 6,00		
S ADICIONAIS				RESERVADO AO FISCO			
OBS.: TRIBUTAÇÃO CÓDIGO 2 ICMS ANTECIPADO CONFORME DECRETO Nº 14.476 DE 26/08/94 1 - Isento 2 - Reduzido 3 - Diferido 4 - Antecipado 5 - Substituto				Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 082873			
JEV REF Nº114942 DO DIA 8/09/2007				NOTA FISCAL - MODELO 1 SÉRIE 1 0087873 L/4			
DATA				ASSINATURA Nº			

ANEXO B- Livros Fiscais



ANEXO C- Termo de Abertura

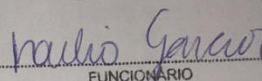
REGISTRO DE APURAÇÃO DE ICMS

FOLHA 01

Nº. DE ORDEM 08

TERMO DE ABERTURASECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
AREGEST / ARACAJU
SETOR DE CADASTRO
AUTENTICADO

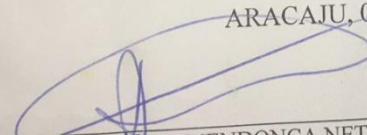
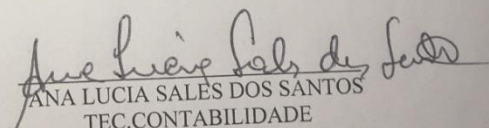
EM 21 OUT 2010


FUNCIONÁRIO

Contém este Livro 38 (trinta e oito) folhas numeradas eletronicamente e seguidamente do nº. 01 ao nº. 38 e servirá para os lançamentos das operações próprias do estabelecimento do contribuinte abaixo identificado:

Nome da Empresa: PISOLAR COMERCIO DE TINTAS LTDA
Endereço: AV GONÇALO ROLEMBERG LEITE 2112
Bairro: SUISSA
Cidade: ARACAJU-SE
CEP: 49050-370
Data de Reg. Na Junta: 22/05/2001
Reg.na Junta (NIRE) 28900082741
Inscrição Estadual: 27.102.915-3
CNPJ: 32.868.002/0002-74

ARACAJU, 01 de Janeiro de 2008


ALFREDO LÉAO MENDONÇA NETO
SÓCIO/ADMINISTRADOR
ANA LUCIA SALES DOS SANTOS
TEC.CONTABILIDADE
CRC SE/ 1.744



ANEXO D- Registro da Apuração do ICMS

DE APURACAO DE ICMS
 P/PISSOLAR COMERCIO DE TINTAS LTDA - LOJA 4 ENDEREÇO:AV GONC ROLLEMBERG LEITE 2112 BAIRRO:SUÍSSA
 ESTADO ESTADUAL 271029153 C.G.C.:32868002000274 SE FOLHA: 002

RO DE APURACAO DO ICMS *** ENTRADAS *** JANEIRO /2008

CLASSIFICACAO CÓDIGO FISCAL	VALOR CONTABIL	BASE DE CALCULO	ICMS NORMAL CREDITADO	ISENTA/NÃO TRIBUTADAS	OUTRAS
1906	163.375,24	0,00	0,00	0,00	163.375,24
2353	7.019,27	7.019,27	491,36	0,00	0,00
1202	82.381,98	61.211,65	10.179,64	0,00	21.207,48
2102	815.685,19	665.717,38	63.288,38	0,00	148.478,78
1102	41.950,22	34.957,28	5.935,89	0,00	6.993,43
1411	19.260,25	0,00	0,00	0,00	19.260,25
2202	253,02	0,00	0,00	0,00	253,02
2403	353.768,52	0,00	0,00	0,00	353.768,52
2910	10.330,83	9.408,98	965,66	0,00	941,11
1152	651,79	651,79	110,79	0,00	0,00
1403	8.400,02	0,00	0,00	0,00	8.400,02
2556	157,95	0,00	0,00	0,00	157,95
1409	329,90	0,00	0,00	0,00	329,90
TOTAIS ENTRADAS					
1	316.349,40	96.820,72	16.226,32	0,00	219.566,32
2	1.187.214,78	682.145,63	64.745,40	0,00	503.599,38
3	1.503.564,18	778.966,35	80.971,72	0,00	723.165,70


ANEXO E- Modelo do DANFE

DATA DE RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		Nº 490261 SÉRIE: 1									
 Pisolar Comercio de Tintas Ltda RUA GONÇALO ROLEMBERG LEITE, 2112 SUISSA, 49050-370 ARACAJU - SE Fone/Fax: 7932346667		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica Saída: 1 Entrada: 2 Nº 490261 SÉRIE: 1 Página 1 de 1		CONTROLE DO FISCO  CHAVE DE ACESSO DA NF-e 2816 0532 8680 0200 0274 5500 1000 4902 6110 7352 1049 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora									
NATUREZA DA OPERAÇÃO Outras Saídas não Especificadas		INSCRIÇÃO ESTADUAL 271029153		INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTARIO CNPJ 32868002000274									
DESTINATÁRIO/REMETENTE		NÚMERO DO PROTOCOLO DE UTILIZAÇÃO DA NFE-e 328160004879951		DATA/HORA AUTORIZAÇÃO 27/05/2016 17:04:58									
PISOLAR COM DE TINTAS LTDA AV GONCALO ROLEMBERG LEITE, 2112 ARACAJU		CNPJ/CPF 32868002000274		DATA/HORA/UTC DE EMISSÃO 27/05/2016 17:07:08 -03:00									
ENDEREÇO AV GONCALO ROLEMBERG LEITE, 2112		BAIRRO/DISTRITO SUICA		CEP 49050-370									
MUNICIPIO ARACAJU		FONE/FAX 7932346667		UF SE									
FONE/FAX 7932346667		UF SE		INSCRIÇÃO ESTADUAL 271029153									
FATURA													
CÁLCULO DO IPI													
BASE DE CÁLCULO DE ICMS		VALOR ICMS		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS									
,00		,00		21,00									
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		VALOR DO IPI									
,00		,00		,00									
DESCONTO		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		VALOR TOTAL DA NOTA									
,00		,00		21,00									
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS													
RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA - EMITENTE		CÓDIGO BNTT									
		9											
ENDEREÇO		MUNICIPIO		UF									
QUANTIDADE		ESPECIE		MARCA									
3,00													
NUMERAÇÃO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO									
DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
COD. PROD/SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QTD	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
7898418011106	PLAST MANG CRIST 1/2 TRANC 200PT	39173100	060	5949	MT	15,000	1,40	21,00	0,000	,00	,00	,000	,000
CÁLCULO DO ISSQN													
INSCRIÇÃO MUNICIPAL		VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS		BASE DE CÁLCULO DO ISSQN		VALOR DO ISSQN							
62797						,000							
DADOS ADICIONAIS													
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES BCR: 18,00 ICMSR - 81 SUBST TRIB DEC 28.199/2011 DO RICMS/SE material de uso de marketing conforme nf 490172 autorizado por aloisinho				RESERVAÇÃO AO FISCO									

ANEXO F- Autorização**AUTORIZAÇÃO**

A empresa Pisolar Comercio de Tintas Ltda, representado nesse documento pelo Diretor Presidente Alfredo Leão Mendonça Neto, autoriza a divulgação de informações e dados coletados em sua organização, na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso intitulada: Os Impactos da Escrituração Fiscal em uma Empresa Varejista de Material de Construção, realizado pela aluna Ayslaine Jesus da Mota do curso de Ciências Contábeis, da Faculdade Amadeus- FAMA, com objetivo de publicação e ou divulgação de veículos acadêmicos.

Aracaju, 03 de Outubro de 2018



Alfredo Leão Mendonça Neto
Diretor Presidente



Matriz
R. Zaquie Brandão, 490
Telefax.: (79) 3205-6667 / 3205-6668

Filial
Av. Nova Saneamento, 2112
Telefax.: (79) 3234-6667 / 3234-6668

ANEXO G- Declaração de Responsabilidade

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico e conteúdo, conferido ao presente trabalho, isentando a Faculdade Amadeus - FAMA/SE, a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis e o (a) Orientador (a) Prof.^a MSc. Cristiane Feitoza Dantas do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis, de toda e qualquer responsabilidade acerca de possíveis cópias de trabalhos técnicos, apresentados em meu TCC. Sendo este de minha autoria, estou ciente, tanto das sanções que poderão ser aplicadas, pela FAMA, de acordo com a Lei 9610/98 de 19/02/98 e Lei 10.695/03 (direitos autorais), como também, as administrativas pela Coordenação do Curso.

Aracaju-SE, 12 de Novembro de 2018.


Ayslaine Jesus da Mota

Curso de Ciências Contábeis - 2031150037